

CFESS Manifesta

Assistentes sociais na 17ª Conferência Nacional de Saúde

Brasília (DF), 2 de julho de 2023

Gestão Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade (2023-2026)



SOU ASSISTENTE SOCIAL, LUTO PELO SUS, É DIREITO UNIVERSAL!

A 17ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Garantir Direitos, Defender o SUS, a Vida e a Democracia - Amanhã vai ser outro dia!”, se configura como um importante espaço de mobilização do controle social na defesa da saúde pública brasileira. Em 2023, as discussões estarão organizadas em quatro eixos: O Brasil que temos e o Brasil que queremos; O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas; Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia; Amanhã será outro dia para todos, todas e todos.

A conferência ocorre após um longo e triste período de emergência internacional de saúde pública em face da Covid-19, quando vivenciamos um contexto de crise sanitária que assolou o Brasil e o mundo, trazendo impactos significativos na vida da população. Até março de 2023, no Brasil, 700 mil pessoas morreram contaminadas pelo vírus SARS-CoV-2. Nesse mesmo período, vivenciamos a negação da ciência, atitudes presidenciais de deboche, que zombavam das pessoas adoecidas e mortas pelo vírus, além do atraso sem explicações na contratação e distribuição das vacinas. Isso revela que, durante os últimos anos, os ataques ao SUS e à classe trabalhadora foram intensificados por uma política de morte conduzida pelo (des)governo Bolsonaro (2019-2022), no escopo de um projeto neoconservador e fascista, que alimenta a estrutura do grande capital.

Foram anos de intensos e cruéis ataques ao controle social. O governo Bolsonaro, por meio do Decreto Presi-

dencial nº 9.759/2019, extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, incluindo Conselhos de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos. A extinção e o esvaziamento de uma grande parte desses conselhos e comitês nacionais, durante esse período, reduziu a participação da sociedade civil, contribuindo significativamente para o avanço de pautas conservadoras e o desmonte de políticas sociais essenciais à vida da população brasileira. Colegiados como o Conselho Nacional de Saúde permaneceram em atividade, em virtude de respaldo legal e/ou ações de resistência e articulação política entre os conselhos.

Mas com muita luta e esperança, o “Amanhã vai ser outro dia!”

O Brasil que temos em 2022, por meio de uma frente ampla no campo democrático, derrotou o fascismo nas urnas nas eleições presidenciais, e agora seguimos para derrotá-lo nas ruas, reafirmando a defesa da saúde pública, na perspectiva da direção política construída pela Reforma Sanitária dos anos de 1980, movimento estratégico na politização da saúde e no aprofundamento da consciência sanitária. Nessa mesma direção, também no marco histórico da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), reafirmamos a luta pelo fortalecimento dos princípios do SUS, como universalidade, integralidade e participação social. Constituem vitórias da mobilização popular a recente criação do Departamento de Saúde Mental, o



lançamento do Movimento Nacional pela Vacinação como estratégia para retomar os altos índices de proteção no Brasil e a proposição do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS), como iniciativa de enfrentamento às desigualdades de gênero, raça, etnia e sexualidade.

O Brasil que queremos perpassa pelo compromisso histórico do Serviço Social brasileiro na defesa da saúde como direito social, e por um SUS 100% público, estatal, gratuito, universal, laico e popular. Uma política de saúde articulada à defesa de uma seguridade social, pautada na proteção social ampla, universal, redistributiva, de responsabilidade pública e estatal. Para isso, defendemos a necessária e urgente ampliação do financiamento das políticas sociais, em especial da saúde. Nesse cenário, existem tensionamentos e investidas do grande capital que, por meio do “ajuste fiscal” permanente, nutre sua sede de lucros e abocanha grande parte do orçamento das políticas sociais. Na saúde, os modelos de gestão de cunho privatizante se consolidaram como estratégia para extração de superlucros, pela oferta de serviços por meio de contratos entre o Estado e o setor privado. E nesse sentido, lutamos pela reversão total dos processos de privatizações no SUS, que instituíram as Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Precisamos avançar no sentido da extinção das comunidades terapêuticas, espaços de restrição de liberdade e de violação de direitos humanos, e caminhar para a revogação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), organização que ocupa atribuições da União e municípios, no que tange ao ordenamento e execução de serviços de atenção primária à saúde do país, com foco na provisão de médicos em locais de difícil acesso ou de alta vulnerabilidade sanitária. Consideramos ainda que a gestão do Ministério da Saúde deva estar comprometida com a ciência, com o fortalecimento do SUS e com as lutas

históricas da Reforma Sanitária. A saúde pública não deve ser balcão de negócios do grande capital nem tampouco moeda de troca para apoios legislativos.

Nesse sentido, **o papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas precisa ser fortalecido.** É necessário e urgente que os movimentos sociais resgatem o papel de protagonismo das lutas

Nós, assistentes sociais, reafirmamos o compromisso e a luta em defesa do SUS 100% público, de qualidade e estatal, em consonância com os princípios éticos da profissão, de defesa dos direitos e dos serviços prestados à população.

sociais e, para isso, é preciso recuperar as ruas. A luta pela saúde no âmbito dos movimentos sociais se entrelaça com a luta anticapitalista, na defesa da Reforma Psiquiátrica, do cuidado com liberdade e antiproprietarista. Articula-se ainda à luta pelo fim de todas as formas de opressões, contra todas as violências, na construção e fortalecimento da autonomia dos sujeitos e defesa por justiça reprodutiva, reafirmando direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas gestantes e sem divisão de classes, em uma perspectiva antirracista, antiLGBTfóbica, anticapacitista e feminista. Reafirmamos a defesa da saúde pública que caminhe no horizonte de uma sociedade emancipada.

É necessário **garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia, na direção da universalização e da garantia do acesso aos serviços de saúde.** O SUS precisa alcançar os mais distantes e isolados locais do país, garantindo vida e serviços essenciais à população. Reconhecemos que a saúde dos povos indígenas e dos ecossistemas está em risco com o Marco Temporal. O avanço da exploração hídrica e energética, da mineração e do garimpo tem causado a destruição da vida nas florestas, o apagamento e a morte desses povos. Por isso, a defesa do SUS também é a defesa da vida e da saúde de populações do campo e da floresta e dos povos originários e comunidades tradicionais!

Nesse mesmo contexto, ressaltamos que a saúde e a vida no campo estão sendo ameaçadas pela intensa criminalização dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mas também pelo avanço do agronegócio, que tem ampliado significativamente os desmatamentos e o uso desenfreado de agrotóxicos. Reafirmamos que a defesa da soberania alimentar, de uma alimentação de qualidade e acessível, que seja autônoma e sustentável, perpassa pela defesa da vida e da saúde no campo!

Amanhã será outro dia para todas, todos e todes. Nós, assistentes sociais presentes à 17ª Conferência Nacional de Saúde, reafirmamos o compromisso e a luta em defesa do SUS 100% público, de qualidade e estatal, em consonância com os princípios éticos da profissão, de defesa dos direitos e dos serviços prestados à população. O Conjunto CFESS-CRESS tem construído a defesa da saúde pública de forma articulada, com frentes, fóruns e conselhos de defesa de políticas e de direito. Nosso compromisso é também pela defesa e fortalecimento da profissão, para isso, as entidades estão envidando esforços em estratégias que constituem a ação precípua dos conselhos, no que tange à fiscalização e orientação, em uma perspectiva de melhorias das condições de trabalho das(os) assistentes sociais e da qualidade dos serviços prestados à população usuária das políticas sociais.



Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem
vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emilly Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL
Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTEs
Rafaella da Câmara Lobão Barroso (DF)
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albin (PR)
Sandra Maria Amorim da Rocha (AC)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA 17ª Conferência Nacional de Saúde
Conteúdo (aprovado pela diretoria): Assistentes sociais Alana Rodrigues e Agnaldo Knevez (conselheira e conselheiro CFESS); e Elaine Pelaez (representante do CFESS no CNS)
Organização: Comunicação CFESS
Revisão, arte e diagramação: Diogo Adjuto (jornalista) e Rafael Werkema (assessor)